

(c) Não entregou classificações de serviço relevantes para o concurso — n.º 11, alínea a), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(d) Não juntou certificado de habilitações — n.º 11, alínea c), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(e) Não tem a categoria de assistente administrativo — alínea a) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugada com o n.º 7 do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(f) Não juntou currículo profissional actualizado e detalhado ou declaração de serviço — n.º 11, alíneas a) ou b), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(g) Não datou o requerimento de admissão a concurso — n.º 10, alínea e), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(h) Não apresentou declaração emitida pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar — n.º 11. 1 do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(i) Não tem cinco anos de serviço efectivo como contratado(a) ao serviço das Forças Armadas — n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 320/2000, de 15 de Dezembro, conjugado com o n.º 7 do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(j) Apresentou o requerimento de admissão ao concurso fora do prazo — n.º 1 do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(k) Não assinou o requerimento de admissão a concurso — n.º 10, alínea e), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

(l) Não apresentou declaração emitida pelo serviço de origem que comprove a existência e natureza do vínculo à função pública — n.º 11, alínea a), do aviso n.º 11 144/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

A Presidente do Júri, *Anabela de Lurdes Gonçalves da Fonseca Fernandes*. — A 1.ª Vogal Efectiva, *Armandina Ângela Correia Fernandes*. — A 2.ª Vogal Efectiva, *Maria Ivone de Jesus Leitão*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 22 297/2005 (2.ª série). — Por despachos da directora regional do Turismo e do Ministro da Administração Interna de 15 e de 23 de Setembro de 2005, respectivamente, foi autorizada a transferência da assistente administrativa especialista Sandra Carla da Silveira Ferreira Rodrigues do quadro de pessoal da Direcção Regional do Turismo, na mesma categoria (escalão 3, índice 295), para o quadro de pessoal com funções não policiais da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, para desempenhar funções no comando equiparado da Polícia de Segurança Pública da Horta. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Outubro de 2005. — Pelo Director, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Leopoldina Pereira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 22 298/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no director da Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação, licenciado Joaquim Pedro Nobre Neves Oliveira, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos actos adiante referidos e, bem assim, ratifico todos os actos praticados pelo mesmo desde 29 de Abril de 2005 que se enquadrem nos poderes ora conferidos:

Autorizar deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal da sua direcção central.

29 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 299/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 15.º do regulamento do curso de política externa nacional, publicado em anexo ao despacho n.º 17 088/2005, de 12 de Julho, determino que sejam nomeados auditores do curso de política externa nacional os seguintes 100 candidatos:

Institucionais:

Ana e Brito Maneira.
Ana Isabel Teixeira Coelho.
André Oliveira.
Ângela Romão Dourado.
Armandina Ferreira.
Bruno Alexandre Dias Pinheiro.
Carolina Cordeiro.
Catarina Mendes Leal
David Manuel Velez.
Elisabete Cortes Palma.
Eurico Rodrigues.
Francisco Azevedo.
Graça Araújo Fonseca.
Henrique João Azevedo.
Henrique Pestana Henriques.
Ilda Saragoça da Matta.
Isabel Pestana.
Joana Araújo.
Joana Fisher.
Joana Mayer Castro.
João Castel-Branco da Silveira.
Joaquim Conceição.
José Augusto de Barros Correia.
José Simões Ferreira.
Leandro Amado.
Mafalda Groba Gomes.
Manuel Filipe Ramalheira.
Manuel Lopes Aleixo.
Maria de Lourdes Nogueira.
Maria do Rosário Penedos.
Maria Filomena Luz.
Maria Joana Calço.
Maria João Coutinho.
Maria Madalena Requiça.
Maria Manuela Barata.
Miguel de Brito e Abreu.
Nathalie Oliveira.
Nuno Manana.
Nuno Palmeiro Ribeiro.
Patrícia Cadeiras.
Paula Cristina Gomes.
Paulo Marrecas Ferreira.
Pedro Figueiredo.
Pedro Pinto.
Pedro Severo de Almeida.
Raquel Chantre.
Rita San Payo de Araújo.
Rosa Lemos Tavares.
Rosa Maria Pereira Podgorny.
Rui Ribeiro do Rosário.
Sérgio Martins Alves.
Tiago Adão Alves Araújo.
Tiago Silva Cabrita de Sousa.

Individuais:

Alice Cunha.
Ana Alves.
Ana Montoya.
Ana Niedtast Beato.
Ana Rita Pires.
Andrea Valente.
António Andrade e Silva.
António Azul.
António Janeiro.
Carlos Savaleiro Sanches.
Carolina Matos.
César Alves.
Cláudia Caria.
David Manuel Xavier.
Dora Martins.
Elias Bene.
Eurico Dias.
Filipa Andrade e Silva.
Hélder Joana.
Joana Félix.
João Felgar.

João Pinto Bessa.
 Jorge Correia.
 José Meireles.
 Lara Nunes.
 Luís Martins.
 Maria João Leal.
 Marta dos Santos Dias.
 M^aBala Fernandes.
 Miguel Humanes.
 Mircea Naidin.
 Mónica Santos.
 Pablo Soto.
 Patrícia Calca.
 Pedro Velez.
 Péricles Almada.
 Raquel Ferreira da Silva.
 Raquel Vaz.
 Ravi Pereira.
 Riyesh Mulji.
 Rodrigo Knopfli.
 Rosário Brito.
 Ryoko Yamanishi.
 Sadna Mulchande.
 Thomas Fisher.
 Tiago Roxo Marques.
 Yolanda Zürn.

Mais se determina que todas as candidaturas individuais recebidas em tempo útil sejam admitidas como suplentes.

12 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 22 300/2005 (2.ª série):

Sebastião José Coutinho Póvoas, conselheiro jurídico a exercer funções na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, em regime de comissão de serviço — despacho ministerial de 18 de Maio de 2005 autorizando a prorrogação da referida comissão de serviço até ao dia 31 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 22 301/2005 (2.ª série):

Maria José Farracha Montes Palma Salazar Leite, conselheira técnica principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, em regime de comissão de serviço — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 14 de Setembro de 2005 autorizando a prorrogação da referida comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 22 302/2005 (2.ª série):

Maria Augusta Antunes de Jesus Carvalho de Matos, auxiliar de apoio e vigilância da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 30 de Agosto de 2005 e despacho da vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa de 16 de Setembro de 2005, autorizando a requisição, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 22 303/2005 (2.ª série):

Ana Paula Neves Castelo Branco Graça, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Universidade do Minho — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 7 de Setembro de 2005 e despacho do reitor da Universidade do Minho de 21 de Setembro de 2005, transferindo-a com a mesma categoria para o quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, com efeitos a 1 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contra.)

26 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 22 304/2005 (2.ª série):

António Pedro Fernandes Soares, motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Instituto Camões — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 12 de Julho de 2005 e despacho da presidente do Instituto Camões de 29 de Julho de 2005, transferindo-o com a mesma categoria para o quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 26 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Rectificação n.º 1768/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho (extracto) n.º 20 285/2005, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2005, a p. 13 809, pelo que onde se lê:

«Maria Virgínia Coelho Neves Roque Teixeira Bastos, assistente administrativa principal do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Maputo — despacho do secretário-geral de 1 de Julho de 2005, determinando o seu regresso ao serviço efectivo dos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.»

deve ler-se:

«Maria Virgínia Coelho Neves Roque Teixeira Bastos, assistente administrativa especialista do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Maputo — despacho do secretário-geral de 1 de Julho de 2005, determinando o seu regresso ao serviço efectivo dos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.»

26 de Setembro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 305/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, nos dias 10 e 11 de Outubro de 2005, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Dr. Carlos Costa Pina.

7 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Deliberação n.º 1413/2005. — *Delegação de poderes.* — O conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deliberou, em reunião de 13 de Outubro de 2005, conforme consta da acta n.º 41/2005, delegar, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no Dr. Luís Guilherme Carvalho Pina Catarino, subdirector do Gabinete de Apoio ao Investidor e Mediação da CMVM, todos os poderes necessários para a passagem de certidões para as quais a CMVM seja competente nos termos do Código do Imposto do Selo.

13 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Tavares*. — O Vice-Presidente, *Amadeu Ferreira*.

Deliberação n.º 1414/2005. — *Delegação de poderes.* — O conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deliberou, em reunião de 13 de Outubro de 2005, conforme consta da acta n.º 41/2005, delegar, nos termos da alínea *l*) do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 11.º, ambos do Estatuto da CMVM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de Novembro, conjugados com o n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no Dr. Francisco José Neto Melro, director do Departamento Administrativo e Financeiro da CMVM, todos os poderes necessários para a percepção das taxas devidas à CMVM previstas nos artigos 9.º, 25.º-A e 26.º do Estatuto da CMVM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de Novembro, nomeadamente:

- Receber declarações e suas alterações;
- Exigir as informações necessárias, bem como determinar o prazo do seu cumprimento;
- Instruir os processos;